

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos**

## **TRAVESTICÍDIO-TRANSFEMINICÍDIO: UM ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA**

**SILVANA MARINHO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta alguns dos resultados de um estado da arte da tematização violência de gênero e mulheres trans, procurando localizar a nomeação do fenômeno travesticídio-transfeminicídio na produção acadêmica brasileira. O estado da arte reclamou por um giro conceitual, político e paradigmático acerca do fenômeno da violência de gênero na produção intelectual e acadêmica.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero. Mulheres Trans. Travestis. Travesticídio-Transfeminicídio.

### **ABSTRACT**

This article presents some of the results of a state of the art thematization of gender violence and trans women, seeking to locate the naming of the transfeminicide-transvesticide phenomenon in Brazilian academic production. The state of the art called for a conceptual, political and paradigmatic turn around the phenomenon of gender violence in intellectual and academic production

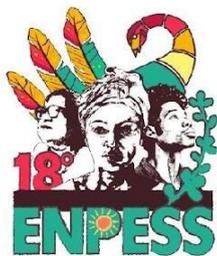
**Keywords:** Gender Violence. Trans Women. Transvestites. Transfeminicide-Transvesticide

### **Introdução**

Neste artigo, busco compartilhar alguns dos resultados de um estado da arte sobre a violência de gênero letal contra as travestis e mulheres transexuais, cuja nomeação pelo ativismo trans tem sido uma estratégia política de resistência e denúncia à omissão estatal no enfrentamento do fenômeno. Trata-se de um dos objetivos da minha tese de doutorado em

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Serviço Social, intitulada “Por um ensaio feminista do travestício-transfeminicídio”, que procurou inventariar o quadro atual desse fenômeno, seja no âmbito da academia, das ações autogestionadas pelo movimento social, assim como do poder público e suas políticas (de saúde, segurança pública e direitos humanos), além de iniciativas do legislativo e judiciário.

Ao longo de quinze anos consecutivos constata-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, conforme o ranking produzido pela *Transgender Europe* (TGEU)<sup>2</sup>. Desde 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) publica um *Dossiê*<sup>3</sup> com o tratamento analítico dado a essas informações, nos trazendo a fotografia desse tipo de violência, que é a de uma violência hiperbolizada com altos índices de assassinatos, sendo o requinte de crueldade, traço já conhecido dos crimes de ódio, presente em mais de 70% dos casos nos levantamentos feitos.

Ademais, um dado gravíssimo é a idade das vítimas, pois a média etária de mulheres trans assassinadas corresponde às mais jovens (de 18 a 29 anos), reduzindo a expectativa de vida dessa população trans, mensurada em 35 anos. Segundo comenta Bruna Benevides (2021), secretária de articulação política da ANTRA, a idade das vítimas vem diminuindo, alcançando cada vez mais as adolescentes. O levantamento de 2021 foi aterrador, pois já registrou o assassinato de uma adolescente de 13 anos em Fortaleza<sup>4</sup>. Concorda-se que:

o assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática<sup>5</sup> de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (Benevides; Nogueira, 2021, p. 39).

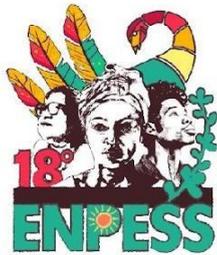
A compreensão teórica feminista da omissão estatal para o fenômeno, pelo paradigma do patriarcado (imbricado com raça, classe, sexualidade e nação), assim como a tessitura da colonialidade do poder, do saber e do ser (SEGATO, 2021; LUGONES, 2014) foram pontos capitais para o exame de como reverbera o mandato da masculinidade (SEGATO, 2016) na teia da vida concreta das travestis e mulheres trans. Partindo desse veio teórico é que foi possível

<sup>2</sup> Organização Não-Governamental (ONG) europeia que vem monitorando a violação dos direitos humanos da população trans em 71 países, a partir de informações de instituições e do movimento social. Temos notícias desse monitoramento já desde 2008, a partir da pesquisa *Transrespect versus Transphobia Worldwide*, cuja publicação, com dados reunidos de 2008 a 2011, trouxe pertinentes informações sobre o fenômeno, rompendo o silêncio sobre o assunto.

<sup>3</sup> A metodologia sobre as fontes consultadas é comumente informada nas edições do Dossiê da ANTRA, a saber: fontes primárias (são as fontes governamentais; da Segurança Pública; de processos judiciais; e de Mídias e jornais) e fontes secundárias (instituições de Direitos Humanos; redes sociais; relato testemunhal e outras fontes não classificadas). Em razão da ausência ou dificuldade de acesso aos dados do Estado, as fontes secundárias acabam se tornando as principais fontes da pesquisa da ANTRA (Benevides, 2023).

<sup>4</sup> Keron Ravach, de 13 anos, assassinada a pauladas no Ceará. Keron Presente!

<sup>5</sup> A palavra “sistemática” foi extraída tal qual constava no então Dossiê. Trata-se de um neologismo das autoras para evidenciar a dominância cisnormativa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

analisar o quadro geral do fenômeno. Afinal, nesse quadro é proeminente a negligência para com os números, pesquisas e políticas públicas no que concerne à violência travestifóbica/transfóbica, demonstrando uma vacuidade de natureza *cognoscente*, *conceitual*, *política* e *legal* relativa às identidades trans, que as tornam abjetas e obstaculiza a assimilação social de seus corpos.

Embora o travesticídio-transfeminicídio não exista hoje como um tipo penal, ele existe enquanto um fenômeno da necropolítica de gênero (SAGOT, 2013), negado flagrantemente pelo Estado. Como denunciam ativistas trans, a invisibilização mata. Para Neon Cunha<sup>6</sup>, uma mulher negra e trans, publicitária e ativista, o recado é taxativo: esse grupo você pode odiar e eliminar. Portanto, a desproteção é uma forma de aval.

Em verdade, as travestis e mulheres transexuais vêm sendo negligenciadas pelas bases de dados oficiais brasileiras, quer sobre a *violência de gênero*, quer sobre a *violência LGBTifóbica*, notadamente no âmbito da segurança pública, da pasta dos direitos humanos e do setor de saúde. Conquanto cada qual tenha alguma possibilidade de acesso a números, a confiabilidade é débil pela (hiper)subnotificação, falta de padronização e imprecisões conceituais e metodológicas. Isso irá se refletir nas mais diferentes publicações, relatórios e mapeamentos sobre violência.

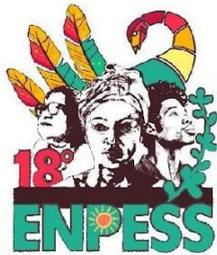
Com efeito, o estado da arte dos dados e documentos levantados reclamou por um *giro conceitual, político e paradigmático* acerca do fenômeno da violência de gênero. Um giro que também acenou para a produção intelectual e acadêmica, objeto de análise deste artigo.

### **Um estado de estudos timidamente alterado**

Com o objetivo de mapear brevemente a produção intelectual, acadêmica e científica acerca do tema e localizar a nomeação do fenômeno nessa produção, realizei um levantamento em dois movimentos: 1) nas produções da pós-graduação brasileira *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) a partir da base de dados de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); 2) e nos anais e cadernos de programação com a lista de resumos aprovados do *Seminário Internacional Fazendo Gênero* (Edições 10 – ano 2013; 11 – ano 2017; e 12 – Ano 2021).

---

<sup>6</sup> Cf. registra-se em “Invisibilidade de mulheres lésbicas, bis, travestis e trans” In: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Femicídio. Como e por que morrem as mulheres? Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres>. Acesso em: 20 jan. 2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Elegi a pós-graduação brasileira *stricto sensu* de maneira a sustentar, pela constatação verdadeiramente empírico-crítica, a relevância da proposta decolonial e anti-cisgenerificante do fazer da pesquisa sobre o tema.

Concernente ao *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, ele foi selecionado por várias razões. Primeiramente por ser um evento direcionado aos estudos de gênero e feministas, de caráter interdisciplinar, que já existe há 30 anos, desde 1994 como Seminário Nacional, e desde 2000 como Seminário internacional<sup>7</sup>, com 13 edições<sup>8</sup>. Um evento mais tradicional e capilarizado, com diferentes matizes dos feminismos, destoando, ao meu ver, de dois outros eventos como o *Enlaçando Sexualidades* e o *Desfazendo Gênero*, que são mais novos e centram-se nos estudos sobre sexualidade, além do gênero. O primeiro com 16 anos de existência e 5 edições<sup>9</sup>, e o segundo com 9 anos e 6 edições<sup>10</sup>, ambos com uma natureza teórica e epistêmica mais marcada pelos estudos *queer*, culturalistas e pós-modernos. Outro aspecto importante para a escolha de um levantamento no Fazendo Gênero, é em razão de sua significativa envergadura, o que pode indicar um termômetro do debate do tema.

✓ Com relação ao levantamento do transfeminicídio na base da CAPES<sup>11</sup>:

Ele ocorreu em diferentes linhas do tempo, enquanto um exercício de “sentir” o campo para mapeá-lo, ocorrido no curso de 4 anos (entre 2019 a 2023), o que curiosamente trouxe um importante achado, qual seja: a produção acadêmica da pós-graduação brasileira *stricto sensu* sofreu uma alteração, embora tímida.

O tema “transfeminicídio” pulou de *zero ocorrência* em 2019 para *2 ocorrências* em 2021, sendo a primeira tese produzida sobre os assassinatos de mulheres trans em 2020.

Retornando à base de dados em meados do segundo semestre de 2023, *12 foram as ocorrências para o descritor “transfeminicídio”* no campo de busca de assuntos<sup>12</sup>, o que não

<sup>7</sup> Seu histórico pode ser lido em: [http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=581](http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581). Acesso em: 12 Ago 2024.

<sup>8</sup> A última edição, o FG13, ocorreu de 29/07 a 02/08 de 2024.

<sup>9</sup> A última edição foi o V Enlaçando Sexualidades, em 2017.

<sup>10</sup> O VI Desfazendo Gênero ocorreu em 2023. Importante destacar que sua primeira edição ocorreu em 2015 com o tema Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo. na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, organizada pelo Núcleo Tirésias, na época coordenado pela professora Berenice Bento. Para conferir seu histórico, consultar em: [http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/?page\\_id=2](http://www2.uesb.br/eventos/desfazendogenero2023/?page_id=2)

<sup>11</sup> Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 4 de maio de 2021.

<sup>12</sup> É válido assinalar que os metadados sobre as Teses e Dissertações da Pós-Graduação do ano calendário 2021-2024 passam por coleta complementar ao longo do referido calendário, sofrendo alterações entre as temporalidades de busca. Portanto, até o momento de defesa e revisão desta tese (setembro/2023), 12 foram os resultados encontrados. A CAPES, ao publicar o catálogo de teses e dissertações informa justamente isso. Cf: <https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/249>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

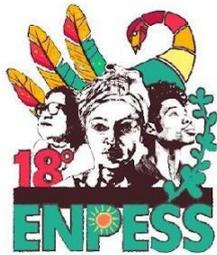
significa dizer que todas as pesquisas tinham como objeto de estudo o então fenômeno. Assim, foi necessária a leitura de seus resumos, palavras-chave, sumário e partes das pesquisas de modo a selecionar aquelas que realmente tratavam do tema especificamente, chegando a um resultado de *5 pesquisas*.

**Tabela 1** – O transfeminicídio na pós-graduação brasileira *stricto sensu*

<b>Busca do descritor “transfeminicídio” na base CAPES</b> (Resultados após análise/seleção)			
<b>Relação das 5 pesquisas sobre o tema</b>			
<b>Movimento temporal da produção</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de Pesquisa e Área do Conhecimento</b>	<b>Universidade</b>
<b>Até 2019</b>	Zero ocorrências		
<b>2020</b> <b>1 estudo</b>  1ª ocorrência sobre o tema	Feminicídio e necropolítica trans: os assassinatos de travestis e transexuais na Paraíba	Tese (Sociologia)	UFPB Universidade Federal da Paraíba
<b>2021</b> <b>3 estudos sobre o tema</b>	Transfeminicídio, entre o asfalto e o caixão	Dissertação (Direito)	Uniritter Centro Universitário Ritter dos Reis de Porto Alegre
	Entre dados e dúvidas: uma análise do transfeminicídio no Brasil	Tese (Ciências Sociais)	UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
	As rosas da resistência nascem no asfalto: Uma análise da violência cometida contra as mulheres Trans durante o governo Bolsonaro	Dissertação (Serviço Social)	UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>2022</b> <b>1 estudo sobre o tema</b>	Invisibilizadas na vida e na morte: “transfeminicídio” em João Pessoa de 2016 a 2020.	Tese (Ciências Jurídicas)	UFPB Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Quadro autoral a partir de buscas na base de dados da CAPES. Descrição: Relação e análise das 5 pesquisas encontradas que tinham como objeto de estudo o transfeminicídio.

Vemos que dentre os 5 estudos encontrados, 3 possuem em seu título o termo “transfeminicídio”, e noutras 2 pesquisas o termo constará no resumo ou como palavra-chave, mostrando-se alusivo ao título. Importante observar que o tema orbita entre o Direito e as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ciências Sociais, destacando-se que o Serviço Social já emerge como área do conhecimento que tem o fenômeno como uma preocupação teórica e analítico-científica. Nota-se, ainda, uma concentração do debate na região nordeste do País, o que merece estudos futuros, contudo, vale anotar que se trata de uma região na qual os índices de violência contra LGBTI+ são os mais altos<sup>13</sup>.

Dos outros 7 estudos não selecionados por não terem o transfeminicídio como objeto central de pesquisa, é válido mencionar, entretanto, que há aspectos auspiciosos, pois 4 deles trataram do tema do feminicídio sem ignorar o transfeminicídio como uma expressão da necropolítica dirigida às mulheres, ainda que pontualmente. Destaca-se um esforço das pesquisas numa abordagem interseccional para a violência de gênero. Além disso, outros 3 estudos discutiram violência sob prismas específicos (como a violência nas redes e os discursos conservadores e de ódio) passando a considerar os transfeminicídios nesse contexto.

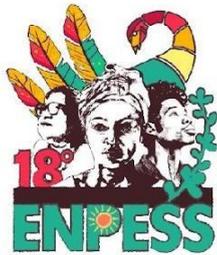
A despeito desses apontamentos, a expressividade quantitativa do debate é tímida. Diante dessa constatação, também utilizei outros descritores que pudessem trazer pesquisas correlatas ao tema, como o descritor “*transfobia*”, isoladamente, e a combinação de “*transexual*” + “*travesti*” + “*transgênero*” + “*feminicídio*” + “*femicídio*”, procurando mapear o movimento temporal da produção, as áreas do conhecimento e os aportes teóricos utilizados.

Isso foi possível a partir dos metadados gerados com a busca na base de dados da CAPES, bem como por meio da leitura dos resumos dos registros encontrados. Diferentemente do descritor transfeminicídio, que foi levantando de 2019 a 2023, o levantamento desses descritores se circunscreveu até 2021, não sendo atualizado no ano de 2022 e 2023, pois a intenção era apenas o “sentir” do tema e não realizar uma tese enquanto um estado arte crítico.

Para a combinação dos descritores supra elencados, filtrando-se a partir do ano de 2015 (elegido por ter sido o ano de tipificação do feminicídio como crime pela legislação brasileira), foram geradas 160 pesquisas, que, no entanto, não versavam sobre mulheres trans no escopo do fenômeno do feminicídio, constatando-se, destarte, a *essencialização* do assunto. Lidos os resumos, identifiquei somente 10 estudos que tangenciaram ou trataram pontualmente das travestis e transexuais.

---

<sup>13</sup> Cf. os dados do Grupo Gay da Bahia, o Nordeste continua sendo a região mais insegura para a população LGBT+, concentrando 43,3% das mortes violentas. Conferir em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-segue-como-pais-com-maior-numero-de-pessoas-lgbt-assassinadas>. Acesso em: 21 de Junho de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Dessas 10 pesquisas, quem estava discutindo, mesmo que lateralmente, as mulheres trans? O campo do Direito, e em particular a criminologia feminista. Uma preocupação acadêmico-científica importante, mas que já acena para o fato de o debate em torno do tema não transcender a perspectiva jurídica, embora uma das tarefas da criminologia feminista seja o de sociologizar, antropologizar e interseccionalizar a complexidade da violência de gênero no âmbito da justiça, como sugere a jurista e pesquisadora negra Soraia Mendes (2021).<sup>14</sup>

Há que destacar que o movimento temporal da produção acompanha a temporalidade da efervescência dos debates motivados pela tipificação do feminicídio, pois a cada ano subsequente a 2015, os estudos só aumentaram, ainda que sob o olhar cisgenerificante sobre o fenômeno.

Acerca da utilização do descritor “transfobia” isoladamente (sem se filtrar por ano), foi possível encontrar 78 pesquisas. Todavia, ao ler seus resumos, identifiquei apenas 9 que efetivamente se aproximavam do tema da transfobia como violência direta e/ou letal. Os outros 69 não tinham a transfobia como objeto central, embora ela aparecesse como um aspecto de análise para compor o objeto estudado, o que considero relevante.

Relativamente às áreas do conhecimento, dessas 9 pesquisas, estão a Sociologia, o Direito, a Educação, a Comunicação, e mais prevalentemente a Psicologia, que historicamente tematiza as identidades trans. O Serviço Social ainda não aparece entre essas 9 pesquisas, mas, ainda que de forma acanhada, vem produzindo sobre a temática da diversidade de gênero. Do montante de 78 estudos, 7 foram produzidos pelo Serviço Social.

Para fins de visualização desses achados, segue um quadro autoral constando uma relação e análise geral do levantamento do transfeminicídio por meio de buscas com diferentes descritores isolados e combinados.

**Tabela 2** – Análise geral do levantamento do transfeminicídio na base CAPES por meio de diferentes descritores isolados e combinados.

<i>Descritores isolados e</i>	<i>Resultados Iniciais</i>	<i>Filtro após leitura dos títulos, resumos,</i>	<i>Áreas</i>	<i>Movimento temporal da produção</i>
-------------------------------	----------------------------	--	--------------	---------------------------------------

<sup>14</sup> Reflexão em minicurso ministrado no interior do Evento Fazendo Gênero 12, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

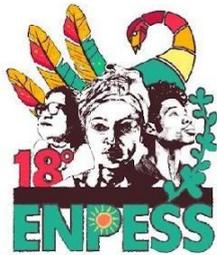
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<b>combinados na busca</b>		<b>palavras-chave, sumário e partes das pesquisas</b>	<b>do conhecimento</b>	
<p>Busca 1: <b>Transfeminicídio</b> *</p> <p>*Sem filtragem por ano</p>	12 estudos	<p><b>Apenas 5 debatiam o fenômeno como objeto central da pesquisa.</b></p> <p>3 possuem em seu título o termo transfeminicídio.</p> <p>Em 2 pesquisas o termo consta no resumo ou como palavra-chave.</p>	Direito, Ciências Sociais e Serviço Social	<p><u>Até o ano 2019</u>: Zero ocorrências.</p> <p><u>Em 2020</u>: 1 estudo* *1ª ocorrência sobre o tema)</p> <p><u>Em 2021</u>: 5 estudos* *Desses, apenas 3 tratavam sobre o tema</p> <p><u>Em 2022</u>: 5 estudos* *Desses, apenas 1 tratava sobre o tema</p> <p><u>Em 2023</u>: 1 estudo* *Não tratou sobre o tema</p>
<p>Busca 2: <b>Transfobia*</b></p> <p>*Sem filtragem por ano</p>	78 estudos	<p><b>Apenas 9 estudos efetivamente se aproximavam do tema da transfobia como violência direta e/ou letal.</b></p>	Sociologia, Direito, Educação, Comunicação, e mais prevalentemente a Psicologia.	<p>Um arco de 2011 a 2020, saltando de 1 para 21 estudos respectivamente nesses anos.</p> <p>Concentram-se entre 2017 a 2020.</p>
<p>Busca 3: “transsexual” + “travesti” + “transgênero” + “feminicídio” + “femicídio” *</p> <p>* Filtragem a partir do ano de 2015<sup>15</sup></p>	160 estudos	<p><b>Apenas 10 estudos tangenciaram ou trataram pontualmente das travestis e transexuais.</b></p>	O campo do Direito, e em particular a criminologia feminista.	<p>O movimento temporal da produção acompanha a temporalidade da efervescência dos debates motivados pela tipificação do feminicídio, pois a cada ano subsequente a 2015, os estudos só aumentaram, ainda que sob o olhar cisgenerificante sobre o fenômeno.</p>

Fonte: Quadro autoral a partir de buscas na base de dados da CAPEs. Descrição: Relação e análise geral do levantamento do transfeminicídio por meio de buscas com diferentes descritores isolados e combinados.

Dos aportes teóricos e abordagens analíticas, como destacado, tanto nas teses e dissertações que discutiam o transfeminicídio diretamente, quanto naquelas que discutiam transfobia, prevalecem os estudos *queer* e foucaultianos. E, na busca por pensar a violência, são

<sup>15</sup> Elegido por ter sido o ano de tipificação do feminicídio como crime pela legislação brasileira



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

acionados os conceitos de biopolítica e biopoder de Foucault; os de necropolítica e necropoder de Mbembe; os de vida nua, forma-de-vida e Estado de Exceção de Giorgio Agamben; e os de *vidas precárias* de Butler.

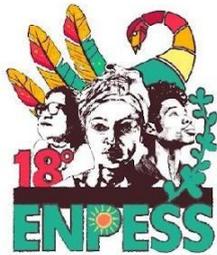
Essas são ferramentas analíticas relevantes, todavia não enveredam pela análise material das relações sociais e dos processos globais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, com a qual escolho trabalhar por serem vitais para pôr luz à precarização da vida das mulheres trans, às tessituras da necropolítica e, portanto, às raízes histórico-concretas da vida nua, vida matável, desprovida de qualificações políticas e manipulada pela máquina soberana. Conquanto identifique a importância desses estudos em constatarem uma realidade violenta, senti falta de análises feministas com investidas analíticas capazes de perspectivar o futuro.

Nesse sentido, me apetece empenhar uma discussão para além do recurso da abstração filosófica de Judith Butler (2011, 2017) de “vidas precárias”, mais comumente acionada, embora compareça como um elemento reflexivo importante, tratando-se da desumanização.

Sintetizando tal reflexão filosófica, cabe dizer que na acepção de Butler (2017), a precariedade é a manifesta condição politicamente constituída a determinados grupos sociais, cujas vidas, assimetricamente a outras, são passíveis de luto, são vidas expostas à violência e à eliminação. Ela traz uma ontologia social, e não individual, na produção de vidas precárias.

A violência e a não violência não são apenas estratégias ou táticas, mas configuram o sujeito e se tornam suas possibilidades constitutivas e, assim, uma luta permanente [...] as normas que atuam sobre o sujeito são sociais por natureza, e que os vínculos que estão em jogo na prática da não violência são vínculos sociais [...] Portanto, o "um" singular que luta com a não violência está em processo de reconhecimento de sua própria ontologia social (BUTLER, 2017, p. 234)

No artigo “*Vida precária*”, Butler (2011) trata sobre o que nos vincula eticamente a alteridade, ao reconhecimento da humanidade do outro sob ameaça, aquele que é compreendido como as pessoas marcadas por vidas precárias, ou, vidas passíveis de luto. Apoiada na filosofia de Emmanuel Lévinas, busca a relação entre representação e humanização, trazendo a problemática da humanização e desumanização (que ocorrem sem cessar no domínio da representação), a partir da figura do rosto, ou melhor, da produção do rosto, pois que, fabricado na relação com o discurso e a linguagem, a qual não sobrevive fora da condição do discurso (BUTLER, 2011, p. 22-24).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Essa produção discursiva sobre o rosto pode humanizá-lo ou desumanizá-lo. Conclui Butler que retratar o rosto como a forma do mal é retirar sua humanidade, é torná-lo não passível de identificação, permitindo a sua desumanização, condição para a violência.

O rosto que está lá, no entanto, aquele cujo significado é retratado como a forma do mal, é precisamente aquele que não é humano, não no sentido levinasiano. O “eu “ que vê o rosto não se identifica com ele: o rosto representa algo com que nenhuma identificação é possível, uma realização da desumanização e uma condição para a violência (BUTLER, 2011, p. 27)

O recurso filosófico ao rosto diz, portanto, de uma luta permanente na dupla ontologia: individual e social, em que “o rosto opera e produz uma luta em mim e estabelece essa luta no coração da ética” (BUTLER, 2011, p. 19).

No que diz respeito ao arco de tempo que o assunto *transfobia* aparece, ele é de 2011 a 2020, saltando de 1 estudo para 21, nesses anos respectivamente. Isso certifica como tem sido crescente a produção acadêmico-científica sobre a transfobia, revelando que a diversidade de gênero, embora não seja uma realidade nova, vem se constituindo, paulatinamente, como pauta política e campo de estudos, crescendo e se espraiando no campo acadêmico, configurando-se como um tema contemporâneo em sintonia com os processos de lutas das pessoas trans nas últimas décadas, como já observara Marinho e Almeida (2017). Todavia, no que concerne ao transfeminicídio, os passos ainda são lentos.

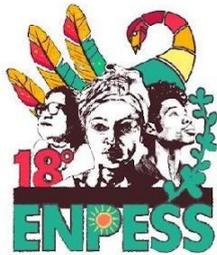
✓ Quanto à análise da produção do *Fazendo Gênero*:

O tema não ganha, quantitativamente, ares mais alvissareiros como imaginava, e, do ponto de vista das abordagens e aportes teóricos, o cenário é semelhante. Em consulta aos anais e à lista de resumos aprovados do *Fazendo Gênero*, em suas três últimas edições ( 2013, 2017 e 2021), a nomeação *transfeminicídio* para o fenômeno dos crimes de gênero envolvendo as travestis e as mulheres transexuais, só irá aparecer pela primeira vez na edição 2021, o *Fazendo Gênero 12*<sup>16</sup>.

A título de registro, na edição anterior, de 2017, o *Fazendo Gênero 11*<sup>17</sup>, contou apenas com 2 artigos que trataram do conteúdo temático do transfeminicídio de modo específico e central, porém sem tal nomeação, além de 4 outros artigos relacionais, perfazendo, assim, 6 artigos correlatos ao tema, mas ainda sem sua evidenciação. Já na edição de 2013, o *Fazendo Gênero*

<sup>16</sup> Podendo ser consultado em: <https://www.fq2021.eventos.dvpe.com.br/simposio/public>. Acesso em: maio/2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.wvc2017.eventos.dvpe.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: maio/2022



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

10<sup>18</sup>, nenhum trabalho se debruçou sobre a tematização da violência letal contra travestis e transexuais, inclusive, destaca-se que nem mesmo o feminicídio/femicídio foi objeto de atenção, pois apenas 3 foram os artigos sobre o tema, vindo a ascender em saltos largos nas edições posteriores, comprovando a efervescência desse tema, própria do vulto social, midiático e legal que ganhou.

Dos 1632 trabalhos aprovados na edição 12 (de 2021), distribuídos em 166 simpósios temáticos, dos quais 18<sup>19</sup> trataram centralmente da violência de gênero e/ou LGBTIfóbica, consegui identificar 5 artigos que utilizam o termo transfeminicídio, seja no título ou no resumo e palavras-chave do trabalho. Ao pesquisar de maneira minuciosa se outros trabalhos, a despeito de não utilizarem o termo, estavam correlacionados ao tema, encontrei outros 10 artigos. Isso foi possível por meio de pesquisa exaustiva dos resumos sob a utilização de vários descritores: “transfobia”, “violência transfóbica”, “femicídio”, “feminicídio”, “Lei Maria da Penha”, “LGBTfobia”, “LGBTIfobia”, “LGBT”, “travesti”, “transexual”, “transgênero”, “mulheres trans”, “queer”, “identidade de gênero”.

A partir das leituras dos resumos, procedi com uma triagem, organizando trabalhos com alguma e nenhuma relação direta com a temática, descritos de acordo com um trabalho de classificação de assuntos (MINAYO, 1993), de tal modo a congregar aspectos, signos e elementos em comum. Isso tornaria possível conhecer o que falam as pesquisas.

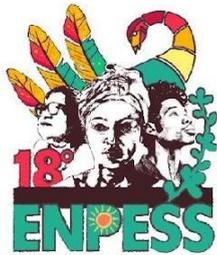
Foi possível observar que são raros os trabalhos que convergem para a compreensão da violência contra travestis e transexuais como violência de gênero, estando o assunto pulverizado em reflexões sobre LGBTIfobia. Além disso, a emergência da nomeação do fenômeno transfeminicídio aparece mais expressivamente no ativismo social e intelectual trans, merecendo ser absorvida pela academia, reconhecendo-se seu devido tratamento sociológico.

## Considerações finais

A análise da problemática do fenômeno do travesticídio-transfeminicídio na sociedade brasileira significou mapear criticamente seu quadro atual também no âmbito da produção acadêmica. Persiste, porque estrutural, a presença de uma *cosmovisão ocidental-colonial* branca,

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.fg2013.www2017.eventos.dvpe.com.br/site/anaiscomplementares..Acesso em: maio/2021>

<sup>19</sup> Esses números foram possíveis a partir de pesquisa minuciosa ao site do Fazendo Gênero 12 lendo-se a proposta dos 166 simpósios, posto que, ao solicitar informações à organização do evento, o qual ainda estava para ocorrer, portanto, sem os Anais, não obtive metadados com as especificidades de que precisava.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

cisheteropatriarcal e binária do gênero, disposta nas relações microsociais e na totalidade das instituições do Estado e a da sociedade civil, que é reproduzida nas relações conservadoras engendradoras do preconceito, resultando no *essencialismo* acadêmico, legal, jurídico e operacional das diferentes políticas setoriais, e, portanto, no apagamento das mulheres trans como existências, como mulheres, como cidadãs.

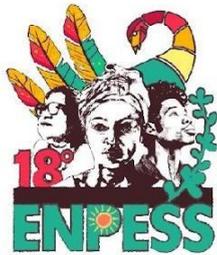
Essas foram algumas das conclusões concatenadas na interação dos aspectos que compõem nessa dinâmica de negligências. É possível dizer, assim, que as *travestis e mulheres transexuais não estão no horizonte do tratamento dado ao fenômeno da violência de gênero*, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista das políticas públicas e do mapeamento e tratamento de dados oficiais. Quando abordadas no debate LGBTI+, são rasuradas no interior dessa sigla, cuja *identidade travesti é a mais apagada*. Um corpo feminizado sobre o qual pesa mais abjeção e menos assepsia em relação ao corpo transexual, e cuja representação social é mediatizada pela raça e pelos signos da marginalidade e prostituição.

Ainda impera uma *visão essencialista* nos estudos e pesquisas nos diferentes domínios e áreas do conhecimento sobre a violência contra as mulheres, que é compartilhada pelas instituições, seus/suas gestores/as e agentes na produção documental. A obviedade dessa constatação mais imediata repousa na compreensão de que os documentos não são neutros, neles subjaz uma forma de ver e intervir no mundo. Até mesmo sua função técnica e operacional é orientada por uma dimensão política ideológica, vez que os saberes se vinculam a determinadas práticas sociais, neste caso, práticas que visam à manutenção da ordem social.

Tal visão essencialista exprime a *universalização do ser mulher*, centrada fundamentalmente na ideia genitalizada de feminino e masculino, mas que se estende às questões de raça, classe, sexualidade, idade e estado civil. Afinal, a mulher vitimizada que consta no tratamento dado à violência de gênero é reduzida a um único perfil: mulher cis, branca, heterossexual, adulta e casada. Isso também significa dizer uma *unidimensionalidade da manifestação da violência de gênero* como violência conjugal.

Desse modo, é *ausente uma abordagem interseccional* para a violência de gênero. Não se reconhece que somos múltiplas: pardas, pretas, ameríndias, jovens, idosas, lésbicas, travestis, transexuais, do campo, de território de favela, dentre tantos outros pertencimentos sociais que nos situam, histórica e desigualmente, objetiva e subjetivamente, na vida em sociedade.

Esses são alguns dos flagrantes de um estado da arte do fenômeno. A despeito das fontes e caminhos metodológicos diferentes, dialogam com os de Cecília MacDowell dos Santos (2017),



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

professora titular de Sociologia na Universidade de São Francisco (Califórnia, EUA) e pesquisadora do Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra. Ela elaborou um balanço de como o fenômeno da violência de gênero é tratado, apontando alguns desafios da abordagem interseccional, principalmente no que se refere aos níveis de análise e à sua utilização em diferentes contextos. Concluiu que “um dos principais desafios da abordagem interseccional diz respeito ao risco de se cair no universalismo e no essencialismo” (SANTOS, 2017 p. 44). Em concorde (com colchetes) ao refletido por ela:

além dos obstáculos institucionais no âmbito do Estado, persiste a dificuldade para se incorporar uma abordagem interseccional sobre o racismo e o [cis]sexismo às lutas feministas antiviolência contra mulheres” (SANTOS, 2017 p. 47-48).

## Referências

ALMEIDA, S. S. de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S (Org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 23-41.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, 2021.

BENEVIDES, B. **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022** (ANTRA, 2023). Brasília: Distrito Drag (DF), 2023.

BUTLER, J. Vidas Precárias. Dossiê Diferenças e (Des)igualdades. **Contemporânea**. ISSN: 2236-532X. n. 1 p. 13-33. Jan.–Jun. 2011

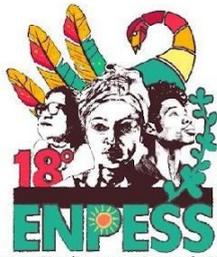
BUTLER, J. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto?. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: Munoz, K.; Correal, D.; Miñoso, Y. **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala**. Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SAGOT, M. El femicidio como necropolítica en Centroamérica. In: **Labrys Études Féministes**, (24), jul-dez, Montreal, Paris, 2013

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa (qualitativa) em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1993.

MARINHO, S; ALMEIDA, G. Trabalho e juventudes trans: breve retrato do estado da arte de uma década (2006-2016). In: **Congresso Mundos de Mulheres 13; Seminário Internacional Fazendo Gênero 11**. 2017. Florianópolis. Anais. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458769\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_EstadoDaArte\\_TrabeJuventudesTrans.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458769_ARQUIVO_Artigo_EstadoDaArte_TrabeJuventudesTrans.pdf). Acesso em: maio/2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, C. M. dos. Para uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha In: MACHADO, Isadora Vier (Org.) **Uma década de Lei Maria da Penha**: percursos, práticas e desafios. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 39-61.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.